

Reforma Agrária Solidária, Assistência Técnica e Desenvolvimento Rural no Estado do Ceará¹

Ahmad Saeed Khan

- * Eng. - Agrônomo, PhD em Economia Agrícola
- * Professor Titular da Universidade Federal do Ceará.
- * Bolsista do CNPq.

Ana Tereza Bittencourt da Silva

- * Mestra em Economia Rural
- * Professora-Adjunta da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM).

Resumo

O Governo do Estado do Ceará instituiu em outubro de 1996 o Programa Reforma Agrária Solidária (PRAS), em parceria com o Banco Mundial. A presente pesquisa teve como objetivos analisar a provável contribuição do Programa para a melhoria das condições de vida dos produtores assistidos e mensurar o grau de satisfação desses produtores com os serviços de assistência técnica e extensão rural da Ematerce. Os dados utilizados foram de origem primária, obtidos em entrevistas diretas com os beneficiários do PRAS. A amostra pesquisada foi de 84 produtores, abrangendo 8 municípios do Estado do Ceará. Os indicadores que mais contribuíram para melhorar a qualidade de vida foram a moradia, o acesso aos bens duráveis e os aspectos sanitários. Por outro lado, a participação dos indicadores saúde e educação na formação do (IQV) é pequena. Os serviços de assistência técnica oferecidos pela Ematerce aos produtores atendidos pelo PRAS têm-se caracterizado pela difusão de tecnologia agropecuária, através de visita à propriedade.

Palavras-chaves:

Reforma Agrária Solidária; Extensão Rural; Qualidade de Vida; Ceará.

¹ Este trabalho foi financiado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA

1 - INTRODUÇÃO

No processo de desenvolvimento econômico o setor agrícola tem apresentado elevada contribuição, atribuindo-lhe normalmente as funções de produzir alimentos e matérias-primas, liberar trabalhadores para os setores urbano-industriais, gerar poupanças e criar mercados para os produtos dos outros setores, além da obtenção de divisas para importação via exportação de produtos agrícolas (Johnston & Mellor, 1961).

O problema do desenvolvimento agrícola está diretamente vinculado à questão da pobreza e da distribuição da renda, principalmente nos países que, ao longo da sua trajetória, não lograram atingir níveis desejáveis de bem-estar para grande parte da sua população.

Observa-se contudo que os resultados do crescimento econômico brasileiro, nos últimos anos, não se fizeram acompanhar de mudanças significativas na melhoria das condições de vida de grande parte da população do Nordeste, muito em particular das pessoas residentes no meio rural.

Segundo Freitas (1990), existe, no Nordeste, escassez de recursos naturais, grandes problemas de estrutura agrária, baixa produtividade do trabalho e falta de instituições que apoiem o agricultor através de pesquisa, assistência técnica, comercialização, transporte e comunicação, entre outros. Assim sendo, estudos socioeconômicos dessa região têm despertado interesse de pesquisadores há algum tempo. Além disso, este tipo de estudo constitui um tema atual e relevante, pois um fato que tem dificultado o processo de desenvolvimento do país é, sem dúvida, a desigualdade existente entre as regiões e setores e a complexidade verificada no setor rural, em especial, no nordestino.

O baixo desempenho das atividades agropecuárias, segundo alguns estudos, a exemplo de Moreira Filho, Coelho & Rocha (1984),

Freire, Moreira & Medeiros (1980), Andrade (1986), Pastore (1980), Casimiro (1984), Lacki (1995) entre outros, são atribuídos a fatores como a forma como se organizaram e vem-se organizando a produção, o tradicionalismo no uso de técnicas rudimentares e inadequadas, o baixo nível de renda, inadequado aproveitamento dos recursos produtivos, vulnerabilidade das explorações ante as variações climáticas (estiagens e secas), crescentes índices migratórios, pobreza absoluta de determinados segmentos da população rural, imperfeições do sistema de comercialização, distorções na estrutura fundiária, deficiências nas condições de infra-estrutura econômico-social para fixar o homem à terra, esgotamento progressivo da fertilidade dos solos, baixo potencial genético das variedades cultivadas e baixo nível de escolaridade dos agricultores.

Leite, citado por Idace (1998), considera que as causas históricas principais que motivam a crise no campo são decorrentes da perversa estrutura fundiária, com uma forte concentração da terra ligada à concentração de poder. O aumento da população, com a manutenção dessa estrutura, agravada pela insegurança das condições climáticas, ocasiona um fluxo migratório negativamente seletivo de grandes repercussões num processo desequilibrado de desenvolvimento econômico. Acrescentem-se, ainda, as dificuldades dos pequenos produtores em obterem crédito agrícola, especialmente pela falta de garantia para os financiamentos, além das adversas condições na comercialização da produção e aquisição de insumos, pela falta de organização dos produtores e a deficiência dos serviços sociais de apoio à produção.

Nesse contexto, a reforma agrária é uma importante estratégia para o desenvolvimento agrícola. É também um fator de estabilidade política, com a redução dos conflitos no campo, gerando emprego e renda, proporcionando bem-estar social às famílias dos produtores beneficiados com o uso da terra.

Dessa forma, o Governo do Estado do Ceará reformulou em 1995, com o apoio do Banco Mundial, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), denominando-o de Projeto São José, cujo objetivo principal é a implementação de ações de desenvolvimento sustentável no Estado com a participação ativa das comunidades, com vistas a aumentar o acesso das populações rurais mais pobres às atividades de geração de emprego e renda, assim como a provisão de serviços sociais básicos e de infra-estrutura como meios para a redução da pobreza rural.

Um dos componentes do Projeto São José é o segmento Ação Fundiária, originado a partir da criação, pelo Governo do Estado, do Fundo Rotativo da Terra (FRT), em outubro de 1996, em parceria com o Banco Mundial. Surgiu assim, na forma de projeto-piloto, o programa denominado de Reforma Agrária Solidária. Este programa se destina a financiar imóveis rurais a trabalhadores sem terra e minifundiários, através de suas associações. Esses produtores negociam a aquisição dos imóveis diretamente com os proprietários rurais. Os projetos produtivos e de infra-estrutura para viabilizar os imóveis, como unidades produtivas, são implementados com recursos a fundo perdido, oriundos do Projeto São José.

Através do Programa de Reforma Agrária Solidária foram atendidas, no ano de 1997, 694 famílias de trabalhadores rurais, com o financiamento de 24 mil hectares de terra, compreendendo 44 imóveis rurais (Ceará, 1998).

Um dos fatores relacionados ao sucesso do Programa de Reforma Agrária Solidária é atribuído à prestação de assistência técnica aos projetos, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento específico das atividades produtivas que vem sendo realizado através da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE.

Em 1997, o Governo do Estado do Ceará aprovou uma proposta de reorganização admi-

nistrativa e operacional para a Ematerce. A nova estrutura aprovada garantiu a manutenção do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública, no Estado, a qual passou a nortear-se pelos princípios básicos do desenvolvimento rural sustentável, com foco no cliente, interiorização das ações, descentralização das decisões, estabelecimento de parcerias, visão de agronegócios, profissionalização rural e planejamento municipal.

A informatização da empresa vem contribuindo para agilizar a elaboração de projetos e dos serviços administrativos, tornando-a moderna e mais funcional. Embora alguns segmentos da sociedade façam críticas à falta de eficiência e ao elevado custo dessa assistência, sabe-se que o serviço de extensão vai muito além dos serviços de orientação aos agricultores.

A avaliação dos serviços de extensão é usualmente expressa em relação ao número de produtores atendidos, área de abrangência dos serviços ou produção física obtida em determinada região. Entretanto, se desconhece a influência da reorganização da empresa no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados, segundo a opinião dos beneficiários do Programa. Inexistem, também, estudos com o objetivo de identificar e analisar os aspectos econômicos e sociais do Programa que propiciem melhores retornos a seus beneficiários.

Dessa forma, o presente estudo pretende investigar a verdadeira situação econômica e social dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária Solidária e se a reorganização administrativa da Ematerce melhorou a qualidade dos serviços prestados aos produtores rurais assistidos.

2 - OBJETIVOS

Os objetivos da pesquisa são:

- Mensurar a qualidade de vida dos beneficiários do Programa Reforma Agrária Solidária

(PRAS), tomando-se como medida os indicadores econômicos, de moradia, saúde e educação; identificar possíveis alterações no nível de qualidade de vida dos beneficiários com a implantação do Programa.

Mensurar o nível de satisfação dos produtores rurais com relação aos serviços prestados pela Ematerce na área de atuação do Programa.

3 - METODOLOGIA

3.1 - Origem dos Dados

Para a realização da pesquisa foram utilizados dados primários obtidos através de entrevistas diretas junto aos produtores rurais, os quais permitiram conhecer alguns aspectos relacionados ao nível de qualidade de vida da população nos períodos: antes da implantação do Programa Reforma Agrária Solidária (PRAS), ou seja, antes de 1997, e após esta data nos municípios de Iguatu, Cedro, Quixadá, Baturité, Acaraú, Trairi e São Gonçalo do Amarante. Neste segmento da pesquisa, o município de Banabuiú deixou de constar da área de atuação já citada, uma vez que o PRAS foi implementado há menos de um ano, no município.

Na avaliação do nível de satisfação dos benefícios do PRAS com os serviços de assistência técnica e extensão rural da Ematerce acrescentou-se o município de Banabuiú.

3.2 - Amostragem

A amostra representativa da população a ser pesquisada foi do tipo aleatória simples sistematizada, utilizando-se para a determinação da amostra, em cada município, o método de Cochran (1965).

Dessa forma, no delineamento do perfil socioeconômico e do nível de qualidade de vida dos beneficiários estimou-se a amostra total de 77 produtores em 7 municípios. Entretanto, na avaliação do nível de satisfação dos beneficiários com os serviços da Ematerce, foram entrevi-

tados mais 7 produtores, perfazendo o total de 84 beneficiários em 8 municípios selecionados.

3.3 - Considerações Conceituais

3.3.1 Qualidade de vida

Embora não exista uma conceituação clara e universal do que seja qualidade de vida, esta questão tem-se tornado uma preocupação mundial crescente nos últimos anos. Na prática, a referida expressão vem sendo identificada com satisfação de um espectro de necessidades humanas básicas que assegura um certo “nível de vida” de uma população (Nahas & Martins, 1995).

A definição do nível de vida deve ser entendida como um estado atual de suas condições concretas de vida e não como um estado desejado ou esperado. Inicialmente trabalhada pelo Instituto de Desenvolvimento Social da ONU e depois incorporada pela Polônia, através do Instituto Econômico e Social (IES), entende-se por nível de vida da população, em uma dada unidade de tempo e em uma dada unidade de espaço, o grau de satisfação das necessidades materiais e culturais das economias domésticas obtido, no sentido de garantir essa satisfação através do fluxo de mercadorias e de serviços pagos e dos fluxos do fundo de consumo coletivo (Sliwiany, 1997, citado por Monte, 1999).

Durante muito tempo utilizou-se a prática de medir o bem-estar de uma população pelo tamanho de seu PIB *per capita*. No entanto, as condições de vida de uma população não podem ser avaliadas apenas pela dimensão econômica. Por isso, buscam-se constantemente medidas sócio-econômicas mais abrangentes que incluam outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é usado pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1960, para avaliar as condições de vida nos 174 países membros da orga-

nização. É um *ranking* no qual esses países recebem notas entre zero e 1, de acordo com seu grau de desenvolvimento em três áreas: educação, renda e expectativa de vida (ONU, 1994).

Segundo Libânio (1998), citado por Gomes (1998): "...a vantagem do IDH é que o mesmo, não se limita a observar os dados econômicos de um país, como o crescimento do produto interno bruto, mas mede também o aumento das potencialidades humanas resumido nos três indicadores citados anteriormente".

Com estes indicadores é possível aferir se as pessoas estão capacitadas a usufruir os benefícios mais subjetivos e imensuráveis do desenvolvimento, como o acesso à informação, à cultura e à participação política.

Apesar das críticas, a criação e disseminação do IDH despertaram uma consciência global de que muitos índices possíveis podem ser considerados quanto ao cálculo do IDH, ou qualquer outro índice sobre a qualidade de vida, de modo a mostrar as complexas e múltiplas dimensões da condição.

Um dos principais papéis de um índice de desenvolvimento humano é permitir a comparação de um determinado grupamento humano consigo mesmo. Entretanto, por ser mais abrangente, um índice não é necessariamente o melhor. Pode acontecer que uns componentes se sobreponham aos outros e um maior número de variáveis pouco acrescente ao índice sintético.

Rodrigues (1993) desenvolveu, em 1991, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) usando uma metodologia semelhante à do IDH.

Em sua primeira versão, o IDS era composto de três indicadores com ponderações iguais, ou seja, esperança de vida ao nascer (indicador de saúde), taxa de alfabetização de adultos (indicador de educação) e coeficiente de Gini da distribuição de renda da População

Economicamente Ativa (PEA) com rendimento (indicador de renda).

Em segunda versão, o IDS foi aprimorado com o objetivo de analisar as condições materiais de vida da população em termos de remuneração, saúde, educação, habitação, alimentação, transporte, itens que, segundo Rodrigues (*op. cit.*), têm mais a ver com a realidade social imediata dos países em desenvolvimento.

Utilizando indicadores de abastecimento, habitação, saúde, educação, transporte, segurança, previdência social, lazer e excedente econômico, Regina Maria Sliwiany desenvolveu o Índice Sintético do Nível de Vida de Curitiba. Aproximando-se do IDH em termos metodológicos, o índice incorporou também a oferta de serviços como indicador de qualidade de vida urbana (Nahas & Martins, 1995).

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) calculou, para os anos 1970, 1980 e 1988, o Índice de Desenvolvimento Relativo (IDR) e o Índice do Nível de Vida (INV). A metodologia adotada para o cálculo do IDR sugere, no geral, a do IDH, com as seguintes modificações: a variável PIB *per capita* é substituída pelo rendimento domiciliar *per capita* e os valores mínimos e máximos são os empiricamente observados em qualquer dos anos considerados (Albuquerque *et al.*, 1993).

Para o cálculo do INV, combinaram-se elementos da metodologia empregada na construção do IDH e da adotada por Drewnowski (Streten *et al.*, e Guillaumont, citados por Monte (1999). O INV é um indicador integrado por cinco componentes (saúde, educação, habitação, renda, lazer e informação), cada um correspondendo ao grau de uma necessidade básica.

Dois novos indicadores desenvolvidos em 1996 numa pesquisa da Fundação João Pinheiro (FJP) e do IPEA foram calculados pelo PNUD para todos os municípios brasileiros, que são o

Índice de Condições de Vida (ICV) e o Índice de Desenvolvimento Humano e Municipal (IDHM). O ICV é construído através de metodologia básica idêntica à do IDH, mas incorpora um conjunto maior de indicadores que retratam realidades econômicas e ambientais, de modo a captar, da forma mais abrangente possível, o processo de desenvolvimento humano sustentável.

Schwartzman (1974) enfatiza o fato de que a maioria dos esforços para dimensionar a qualidade de vida de uma dada população se restringe apenas à mensuração de variáveis do tipo negativo, que se referem à carência: deficiência alimentar, ausência de serviços, mortalidade infantil, má condição de moradia etc. Essas não consideram, na formação do índice de qualidade de vida, o nível de satisfação da população estudada. Esse problema, segundo o autor, poderá levar ao esfacelamento do índice, quando certos padrões de um determinado indicador são atingidos. Não é mais possível considerar o crescimento desse indicador, já que teria sido alcançado o seu mais alto valor, refletindo, assim, “plenitude de vida”, ou um ideal qualquer de felicidade.

A consequência disso tem sido associar plenitude de vida a consumo máximo, e desenvolvimento da qualidade de vida como o aumento indefinido de produtos à disposição do consumidor. Este é o modelo da sociedade de consumo de massa, analisado por Pietrocola (1989), em que se desenvolve uma indústria de bens de consumo de luxo que atende a setores privilegiados sem levar em conta as necessidades reais de grande parte da população. A lógica da sociedade de consumo consiste, desta forma, em criar novas necessidades e novos bens de consumo para serem adquiridos.

Uma concepção de qualidade de vida que focalize apenas a posse de bens e o acesso a serviços, sem considerar as pessoas, inevitavelmente negligencia a conversão desses em satisfação para atender as necessidades e retira dos

seres humanos o direito de serem juízes de sua própria qualidade de vida. A importância deste aspecto fica posta quando se considera a questão do relativismo dos valores de cada indivíduo ou de cada família.

Este estudo teve como base os trabalhos realizados por Fernandes (1997) e Monte (1999) que englobam um número maior de indicadores e enfatizam a importância do nível de satisfação da população na formação do índice de qualidade de vida.

3.3.2 Construção do índice de qualidade de vida

A fim de analisar se o Programa Reforma Agrária Solidária (PRAS) está contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população beneficiada, foi investigada a sua situação antes e depois da implementação do Programa. O nível de qualidade de vida alcançado pela população beneficiada do PRAS foi avaliado através de índice resultante da agregação dos seguintes indicadores: bens duráveis, saúde, educação, habitação e aspectos sanitários. As alterações dessas variáveis entre os dois períodos considerados na pesquisa indicam se houve melhoria, prejuízo ou nenhuma mudança na qualidade de vida dos beneficiários do Programa.

O método adotado nesta pesquisa foi o desenvolvido por Fernandes (1997) e tem os seguintes passos: estabelecimento dos indicadores que compuseram o índice de qualidade de vida e atribuição de escores e pesos às variáveis que integraram cada indicador. Foram formados postos organizados em ordem crescente de valores, partindo-se da situação onde o indicador apresenta o pior desempenho até a melhor situação possível de ser verificada. Estes postos foram representados por escores. Os pesos representaram ponderações estabelecidas pelos próprios pesquisados, os quais traduzem sua satisfação ou a importância relativa de cada um dos indicadores na formação de sua qualidade de vida.

No presente estudo, os referidos indicadores foram mensurados atribuindo-se a eles escores e pesos. Os escores assumiram valores de 0 a 3 para representar a posição do beneficiário do Programa na escala crescente de posto. Foi atribuído também um peso relativo que variou de 1 a 3: um era representativo de baixa satisfação, 2 de média satisfação e 3 de alta satisfação.

Assim, o índice de qualidade de vida da população foi definido como:

$$IQV = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij} \cdot P_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \cdot P_{\max_i}} \right]$$

A contribuição de cada indicador no índice de qualidade de vida foi obtida da seguinte maneira:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij} \cdot P_{ij}}{n \left(\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \cdot P_{\max_i} \right)}$$

onde:

IQV = Índice de Qualidade de Vida da população, definido para cada período (antes e depois do PRAS);

E_{ij} = escore do i -ésimo indicador, obtido pelo j -ésimo produtor;

P_{ij} = peso do i -ésimo indicador, definido pelo j -ésimo produtor;

$i = 1, \dots, m$;

$j = 1, \dots, n$;

P_{\max_i} = peso máximo da i -ésimo indicador;

E_{\max_i} = escore máximo da i -ésimo indicador;

C_i = contribuição do indicador (i) no índice de qualidade de vida da população;

n = número de produtores;

m = número de indicadores.

A mudança na qualidade de vida da população beneficiada pelo Programa pôde ser observada pelo comportamento dos resultados obtidos, ou seja, através da diferença (Δ) verificada entre os índices de qualidade de vida dos produtores antes e depois da implantação do PRAS. Esta alteração foi avaliada da seguinte forma:

a) Redução no nível de qualidade de vida: $\Delta < 0$.

b) Manutenção do nível de qualidade de vida: $\Delta = 0$.

c) Elevação do nível de qualidade de vida: $\Delta > 0$.

3.3.3 Consolidação das variáveis consideradas na formação do Índice de Qualidade de Vida

A seguir, apresentam-se algumas considerações sobre as variáveis e os respectivos escores que foram utilizados na mensuração do nível de qualidade de vida.

a) Bens duráveis

Esta variável foi medida considerando a variedade de bens duráveis possuídos antes e depois do Programa. Desta forma, o acúmulo de bens foi utilizado para medir alterações no nível de renda do produtor. Para efeito desta mensuração, os bens foram organizados em 3 grupos. Por sua vez, cada grupo estava composto por bens com valores equivalentes, como a seguir:

Grupo 1: rádio, ferro de passar, liquidificador e outros de forma equivalente.

Grupo 2: máquina de costura, fogão, aparelho de som, máquinas agrícolas de pequeno porte.

Grupo 3: televisão, geladeira, antena parabólica, carro, motocicleta, máquinas agrícolas (trator etc.)

Com base nestes grupos se formaram quatro postos organizados em ordem crescente de valores e representados por escores, para refletir o acúmulo dos bens:

a) não possui nenhum dos bens acima citados 0

b) possui pelo menos um dos bens do grupo 1 e não possui nenhum dos bens do grupo 2 e 3 1

c) possui pelo menos um dos bens dos grupos 1 e 2, e não possui nenhum dos bens do grupo 3 2

d) possui pelo menos um dos bens dos grupos 1, 2 e 3 3

b) Saúde

Esta variável foi mensurada considerando a estrutura física e os serviços de saúde disponíveis para atender a população do Programa, de acordo com a seguinte escala:

a) inexistência de atendimento médico na comunidade 0

b) atendimento por agente de saúde .. 1

c) existência de um posto médico na comunidade, mas somente são oferecidos os serviços de primeiros socorros 2

d) existência de um posto médico na comunidade, oferecendo os serviços de primeiros socorros e consultas médicas 3

c) Educação

Na determinação desta variável considerou-se a disponibilidade dos serviços educacionais para o produtor e sua família, como mostrado a seguir:

a) inexistência de serviços educacionais 0

b) existência de curso de alfabetização 1

c) existência de escola do 1º Grau 2

d) existência de escola do 2º Grau 3

d) Habitação

Esta variável foi medida pelos aspectos da moradia do produtor pesquisado, tais como: tipo de piso da casa e de iluminação, como a seguir:

I – Tipo de construção do domicílio:

a) casa de taipa 0

b) casa de tijolo 1

c) casa de tijolo, reboco e piso 2

II – Iluminação artificial

a) lampião a querosene, lamparina ou lampião a gás 0

b) energia elétrica 1

O somatório das pontuações dos subitens I e II formaram o escore para a mensuração da referida variável.

e) Aspectos sanitários

A exemplo da variável anterior, a mensuração desta variável foi determinada através do somatório dos escores relativos aos aspectos: destino dos dejetos humanos, condições da água para o consumo humano e destino dado ao lixo domiciliar.

I – Destino dado dos dejetos humanos:

a) condição de céu aberto ou enterrado ... 0

b) dirigido para fossa 1

II – Condições da água para o consumo humano:

a) a água é consumida diretamente do rio ou poço (s/tratamento) 0

b) a água consumida é filtrada ou fervida (tratada) 1

III – Destino dado ao lixo domiciliar:

a) jogado na superfície da terra 0

b) queimado ou enterrado ou recolhido .. 1

O somatório das pontuações dos subitens I, II e III formaram o escore para mensuração da referida variável.

3.4 - Extensão Rural – Considerações Gerais

O modo de atuação e o objetivo do Serviço de Extensão Agrícola Americano é assim sintetizado por Gabriel (1970), citado por Fonseca (1985):

“... a elevação do nível de conhecimento dos agricultores e seus familiares acarretaria a adoção de novos hábitos e atitudes, bem como o desenvolvimento de habilidade em suas atividades produtivas”.

Costa (1982) define extensão rural e assistência técnica como o processo de educar e ensinar ao agricultor novos conhecimentos e habilidades, que, aplicados, devem gerar aumento de produção, produtividade e renda, melhorando, assim, o seu nível de vida.

Almeida (1989) cita que, para Swanson e Cloar, extensão rural compõe-se de duas dimen-

sões: uma comunicacional e outra educacional. Representa um processo dinâmico que consiste em levar ao produtor rural informações úteis e relevantes (dimensão educacional) e ajudá-lo a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar, com eficiência, essas informações (dimensão educacional). Ainda segundo ALMEIDA, Maunder define a extensão agrícola como um serviço ou sistema que assiste o produtor rural, através dos procedimentos educacionais de aperfeiçoar métodos e técnicas agrícolas, aumentar a produtividade e a renda, melhorar os níveis de vida e elevar os padrões sociais e educacionais da vida rural.

Quanto aos objetivos da extensão rural, Campelo (1973) afirma que o objetivo global de um serviço de extensão agrícola em uma sociedade subdesenvolvida é contribuir para o aumento da renda líquida das propriedades agrícolas e melhoria das condições de vida da população rural. Almeida (1989), citando Moshe, indica, como sendo os mais apropriados para os serviços de extensão rural, os cinco, a seguir:

1. O objetivo central da extensão é a educação “...ajudar os produtores a obter novas informações e a desenvolver novas habilidades”.

2. Nos países em desenvolvimento – onde existe um “vazio rural” – é tarefa da extensão rural atender não só a parte de produção, mas também a de comercialização.

3. É importante que a extensão rural leve os resultados da pesquisa aos produtores, mas deve estar atenta para o desenvolvimento de tecnologias locais.

4. A extensão rural deve treinar o agricultor no processo de tomada de decisão.

5. No contexto da economia de subsistência, o extensionista exerce o papel do companheiro e amigo, encorajando o produtor nos momentos difíceis, assistindo-o na obtenção

do crédito e treinando-o no manuseio de novas tecnologias.

Independente do atendimento desses objetivos, a extensão rural toma, em 1974, novos rumos com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural que passou, a partir de então, a coordenar a política de assistência técnica e extensão rural no País.

Para atender ao novo modelo organizacional, foi criada em 1975 a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), que passou a atuar efetivamente em 1976.

A partir daí, um novo enfoque foi dado às estratégias operacionais de extensão rural no Estado, que passou a atender aos públicos de alta, média e baixa renda. O objetivo da empresa sofreu uma reformulação e passou a ser a transferência de tecnologia agropecuária e “gerencial”. Com base nesse objetivo, a assistência técnica através da difusão de práticas isoladas é substituída pela assistência que contemplava o sistema de produção como um todo (Albuquerque, 1996).

A partir de 1990, com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), o sistema de extensão rural no Brasil caiu num vácuo de indefinição de estratégias e prioridades, refletindo-se evidentemente na ação da Ematerce. A partir de então, os recursos e diretrizes programáticas foram estadualizadas e ficaram à mercê da Secretaria de Agricultura do Estado.

Em 1997, o Governo do Estado realizou uma ampla reestruturação da Ematerce que garantiu a manutenção da assistência técnica e extensão rural pública, bem como o fortalecimento da empresa, com a modernização dos seus processos técnico-administrativos para melhorar a eficiência dos serviços no atendimento aos produtores.

No que diz respeito à eficiência dos serviços de extensão rural, Campelo (1973) resalta que, embora essa eficiência seja afetada por muitos fatores, as mais significativas estão relacionadas:

1. À maneira pela qual são definidos seus objetivos. Objetivos definidos dentro de perspectivas demasiadamente amplas são, em geral, intangíveis.

2. À maneira pela qual os seus dirigentes desempenham suas funções. Quando os dirigentes tendem a atuar como administradores ou relações públicas em detrimento de suas responsabilidades técnicas, a eficiência da organização se reduz.

3. Ao processo de recrutamento de pessoal técnico. Também não compete e não é possível à extensão rural desenvolver todas as tarefas necessárias ao desenvolvimento e com todos os agricultores, devendo concentrar seus recursos nos produtores que apresentam um mínimo de condições e que são capazes de responder adequadamente aos estímulos de crédito, educação e associativismo.

Ao fazer uma análise histórica sobre os serviços de extensão, as análises críticas da história da extensão rural no Brasil permitem observar que ao entusiasmo com o progresso científico e tecnológico ocorrido durante a II Guerra Mundial seguiu-se a convicção de que o povo rural melhoraria suas condições de vida e de trabalho na medida em que tecnificasse seus processos produtivos, mercantilizasse suas produções e monetarizasse suas transações. Entretanto, decorridos quase 40 anos, a prática vem lamentavelmente demonstrando que pouco dessas expectativas foi concretizado.

O estudo realizado por Khan & Silva (1997) mostrou que os serviços prestados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural não foram eficientes no sentido de reduzir o custo de

produção, através do aumento da produtividade dos fatores de produção. Esse fato pode ser resultado da forma inapropriada pela qual a assistência técnica é oferecida aos produtores.

3.4.1 Nível de satisfação dos produtores rurais com os serviços prestados pela EMATERCE

O nível de satisfação alcançado pelos produtores rurais beneficiados pelo Programa de Reforma Agrária Solidária (PRAS) foi mensurado através de índices resultantes de agregação dos seguintes indicadores: forma e frequência de assistência técnica; assunto tratado; conhecimento do extensionista.

Percebe-se que os indicadores de serviços prestados pela Ematerce continuam a ser elaborados sem considerar a participação do indivíduo na definição do seu nível de satisfação, que, na realidade, é um componente que não pode ser ignorado quando se pretende analisar o grau de satisfação dos clientes da empresa.

Este estudo distingue-se dos demais, ao incorporar o aspecto subjetivo, ou seja, o nível de satisfação que estes indicadores proporcionaram aos agricultores beneficiados pela PRAS.

Dessa forma, referidos indicadores foram mensurados atribuindo-se escores e pesos. O nível de satisfação foi obtido através de pesos com os indicadores a seguir:

- Baixa satisfação – 1
- Média satisfação – 2
- Alta satisfação – 3

Assim, o índice de satisfação dos clientes da empresa foi definido como:

$$ISB = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left[\frac{\sum_{j=1}^m S_{ij} P_{ij}}{\sum_{j=1}^m S_{\max_i} P_{\max_i}} \right]$$

A contribuição de cada indicador no índice de satisfação dos clientes foi obtida da seguinte maneira:

$$S_i = \frac{\sum_{j=1}^n S_{ij} P_{ij}}{\sum_{j=1}^n \sum_{i=1}^m S_{\max_i} P_{\max_i}}$$

onde:

ISB = índice de satisfação dos clientes da empresa;

S_{ij} = escore do i-ésimo indicador, obtida pelo j-ésimo cliente;

P_{ij} = peso do i-ésimo indicador, definido pelo j-ésimo cliente;

P_{\max_i} = peso máximo do i-ésimo indicador;

S_{\max_i} = escore máximo do i-ésimo indicador;

S_i = contribuição do indicador “i” no índice de satisfação dos clientes;

$i = 1, \dots, m$, número de indicadores;

$J = 1, \dots, n$, número de clientes.

3.4.2 Consolidação das variáveis consideradas na formação do Índice de Satisfação dos Clientes da EMATERCE

A seguir são destacadas algumas considerações sobre as variáveis e os respectivos escores utilizados na mensuração do nível de satisfação.

a) Frequência

Na determinação desta variável considerou-se a frequência na prestação de serviços aos agricultores assistidos, como mostrado a seguir:

- assistência técnica bimestral ou mais tempo 1
- assistência técnica mensal 2
- assistência técnica semanal ou quinzenal 3

b) Forma

Esta variável foi determinada através de método pelo qual a assistência técnica é prestada aos clientes da empresa, como a seguir:

- visita a propriedade 1
- visita a propriedade e faz as reuniões com agricultores ou demonstrações 2
- visita a propriedade, faz reuniões e demonstrações 3

d) Assuntos tratados

Esta variável foi medida pelo aspecto de abordagem de temas durante a visita do extensionista aos produtores, de acordo com a seguinte escala:

- tecnologia agropecuária 1
- tecnologia agropecuária e organização ou gestão .. 2
- tecnologia agropecuária, organização e gestão ... 3

e) Conhecimento do extensionista

Esta variável foi calculada considerando-se o conhecimento do extensionista em relação às reais necessidades dos produtores rurais, como a seguir:

- regular 1
- bom 2
- excelente 3

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 - Qualidade de Vida da População Beneficiada pelo Programa Reforma Agrária Solidária

Com o objetivo de estudar quais os efeitos que o programa Reforma Agrária Solidária está ocasionando no bem-estar das famílias beneficiadas, utilizou-se como instrumento metodológico a construção do índice de qualidade de vida, para cada município pesquisado e também para a amostra total, nos momentos anteriores e posteriores ao Programa. É conveniente ressaltar que os valores encontrados refletem tanto os escores, como o grau de satisfação de cada chefe da família entrevistada em relação às variáveis consideradas na pesquisa.

4.1.1 Considerações sobre os indicadores que formam o índice de qualidade de vida

4.1.1.1 Aspectos Sanitários

Este indicador incluiu três variáveis: água para o consumo humano, destino do lixo domiciliar e destino dos dejetos humanos.

A grande maioria das pessoas entrevistadas tem como fonte normal de abastecimento de água a cacimba e/ou cacimbão, poço d'água, chafariz e açude. Com relação ao tipo de tratamento da água, verifica-se uma relativa melhoria quando são comparadas as duas situações.

Pode-se observar pela análise dos dados apresentados na TABELA 1 que o número de famílias que usa algum tipo de tratamento da água para consumo humano aumentou depois da implantação do Programa Reforma Agrária Solidária. Nota-se, ainda, que quase 1/3 das famílias utiliza a água sem nenhum tratamento. Espera-se que, com orientação de agentes de saúde, todas as famílias beneficiadas utilizem água filtrada, fervida ou tratada.

TABELA 1
FREQÜÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS BENEFICIÁRIOS DO PRAS SEGUNDO AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS NO ESTADO DO CEARÁ, 1999.

| Aspectos Sanitários | Antes | | Depois | |
|---|-----------|---------------|-----------|---------------|
| | Nº | % | Nº | % |
| • Água para o consumo | | | | |
| - consumida diretamente do poço, cacimba, chafariz, rio ou açude, sem nenhuma espécie de tratamento | 31 | 40,26 | 22 | 28,57 |
| - filtrada, fervida ou outro tipo de tratamento | 46 | 59,74 | 55 | 71,43 |
| Total | 77 | 100,00 | 77 | 100,00 |
| • Destino do lixo domiciliar | | | | |
| - jogado na superfície da terra | 39 | 50,65 | 23 | 29,87 |
| - enterrado ou queimado | 38 | 49,35 | 54 | 70,13 |
| Total | 77 | 100,00 | 77 | 100,00 |
| • Destino dos dejetos | | | | |
| - colocado a céu aberto | 44 | 57,14 | 9 | 11,69 |
| - dirigido para a fossa | 33 | 42,86 | 68 | 88,31 |
| Total | 77 | 100,00 | 77 | 100,00 |

FONTE: Dados da pesquisa

Identifica-se uma melhoria no que diz respeito ao destino dado ao lixo domiciliar. Antes do Programa, 50,65% dos entrevistados jogavam o lixo na superfície da terra, percentual este reduzido para 29,87% depois do PRAS. Considerando-se os problemas que podem ser ocasionados pelo manuseio incorreto do lixo, tais como poluição de água, poluição dos solos e transmissão de doenças, acredita-se que esse hábito de higiene contribuirá para reduzir as doenças infecto-contagiosas e a verminose, dentre outros benefícios.

Verifica-se, pela análise dos resultados, uma melhoria considerável em relação ao destino dos dejetos humanos. Em todos os municípios pesquisados observou-se um aumento na utilização da fossa, elevando-se de 42,86% para 88,31% no período em estudo. Estes resultados podem ser atribuídos ao programa de habitação do Projeto São José que também favorece a maioria dos beneficiários do PRAS.

De um modo geral, constata-se que ocorreu uma melhoria significativa nas condições sanitárias e de higiene da população beneficiária do PRAS, contribuindo, conseqüentemente, para a elevação do nível de qualidade de vida no meio rural.

Embora exista nas pessoas um anseio de progresso e de melhoria de vida, esse desejo se concentra em geral na posse de bens de consumo incentivado pela intensa companhia publicitária dos meios de comunicação tais como o rádio e a televisão. Entretanto, algumas noções básicas de higiene (o uso da fossa séptica, a destinação de um local apropriado para colocar o lixo doméstico ou, ainda, a utilização de água filtrada ou fervida) embora sejam medidas que não representem um custo financeiro elevado, são relegadas a segundo plano. O mesmo se observa com relação ao uso de sabão, creme dental, toalha ou papel higiênico, que, apesar de representarem uma pequena proporção no orçamento familiar, são muitas vezes suprimidos em detrimento de outros bens que asseguram mais *status* social, como o CD do cantor que está em evidência na mídia, a instalação ou conserto de parabólica etc.

4.1.1.2 Habitação

Frankenberg (2000) assinala que a primeira moradia proporciona ao ser humano uma sensação agradável de prazer e de posse.

TABELA 2

FREQÜÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DO NÚMERO DE HABITAÇÃO, SEGUNDO POSSE DO IMÓVEL, TIPO DE CONSTRUÇÃO E TIPO DE ILUMINAÇÃO UTILIZADA NAS SITUAÇÕES ANTES E DEPOIS DE IMPLANTAÇÃO DO PRAS NO ESTADO DO CEARÁ, 1999.

| Discriminação | Antes | | Depois | |
|-----------------------------------|-----------|---------------|-----------|---------------|
| | Nº | % | Nº | % |
| • Posse do imóvel | | | | |
| - alugado | 9 | 11,69 | 7 | 9,09 |
| - cedido | 27 | 35,06 | 2 | 2,60 |
| - próprio | 41 | 53,25 | 68 | 88,31 |
| Total | 77 | 100,00 | 77 | 100,00 |
| • Tipo de construção do domicílio | | | | |
| - casa de taipa | 33 | 42,86 | 7 | 9,09 |
| - casa de tijolo | 16 | 20,78 | 6 | 7,79 |
| - casa de tijolo, reboco e piso | 28 | 36,36 | 64 | 83,12 |
| Total | 77 | 100,00 | 77 | 100,00 |
| • Tipo de iluminação | | | | |
| - lampião a querosene ou a gás | 34 | 44,16 | 15 | 19,48 |
| - energia elétrica | 43 | 55,84 | 62 | 80,52 |
| Total | 77 | 100,00 | 77 | 100,00 |

FONTE: Dados da pesquisa

Essa sensação encontra-se arraigada na população brasileira, independentemente de estar situada na zona rural ou urbana. Segundo Miranda, citado por Freyre (1979, p. 19), "...casa é um lugar a partir do qual a existência se configura e se expande, podendo ser estudada como habitação e ponto de partida e referência das descendências..."

A pesquisa constatou melhorias nas variáveis que constituíram o indicador habitação depois da implantação do Programa Reforma Agrária Solidária. Com relação à variável posse do imóvel, a população encontra-se em uma situação muito melhor do que antes do Programa, visto que o percentual dos que moravam em casas próprias aumentou de 53,25% para 88,31% (TABELA 2).

Outro aspecto importante, ao analisar a situação de domicílio das famílias entrevistadas, é o tipo de construção dos domicílios. Constatou-se uma significativa melhoria na construção do domicílio depois do PRAS. Inicialmente, 36,36% dos entrevistados possuíam casas

construídas com tijolo, reboco e piso com cimento ou tijolo, passando para 83,12% após a implantação do PRAS.

O tipo de iluminação foi um outro fator que contribuiu para a melhoria da habitação no período estudado. Ocorreu uma redução no número de famílias que usavam o tipo mais rudimentar, a lamparina ou o lampião a querosene, e um aumento no emprego da energia elétrica, indicando melhoria qualitativa no tipo de iluminação utilizada pela população beneficiada pelo PRAS.

Com a instalação da energia elétrica, aumentou a aquisição de bens como rádio, televisão, pequenos eletrodomésticos, geladeira e fogão.

4.1.1.3 Educação

Os resultados apresentados na TABELA 3 revelam que não houve alterações significativas nesse indicador depois da implantação do PRAS nos municípios estudados. Os dados mostram uma pequena ampliação dos serviços educacionais de ensino formal ao nível do 1º

TABELA 3

FREQÜÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS BENEFICIÁRIOS DO PRAS, SEGUNDO O ACESSO AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ, 1999.

| Serviços Educacionais | Antes | | Depois | |
|--------------------------|-----------|---------------|-----------|---------------|
| | Nº | % | Nº | % |
| • Inexistentes | 25 | 32,47 | 14 | 18,18 |
| • Curso de alfabetização | - | - | - | - |
| • Curso do 1º Grau | 52 | 67,53 | 63 | 81,82 |
| • Curso do 2º Grau | - | - | - | - |
| Total | 77 | 100,00 | 77 | 100,00 |

FONTE: Dados da pesquisa

Grau, especialmente da 1ª à 4ª série. Na situação “antes”, 67,53% dos entrevistados responderam que as escolas de ensino do 1º Grau são localizadas em suas comunidades ou a distância inferior a 4km. “Depois” do Programa, esse percentual atingiu 81,81%.

Estes resultados, entretanto, refletem uma situação muito comum no meio rural nordestino, onde não existe infra-estrutura educacional do 2º Grau para a população pesquisada.

Observa-se, ainda, que um número elevado da população estudada é analfabeta ou semi-analfabeta. Acredita-se que grande parte dessas pessoas seja de adultos que não são estimulados ou não têm condições de frequentar os cursos regulares. Observa-se, também, que não há cursos direcionados a esta faixa etária dos entrevistados.

A pequena melhoria nos serviços educacionais deve-se, em parte, ao pouco tempo de implementação do PRAS no Estado. A educação é uma variável na qual a percepção de mudanças só ocorre em prazo mais longo; o período de apenas 2 anos pode ter sido insuficiente para se perceber uma alteração significativa no quadro.

Os benefícios da educação são bem conhecidos. Eles se estendem à esfera da cidadania e a uma participação política mais consciente, o que, segundo Fogaça, citado por Monte (1999), resultaria numa relação capital/trabalho mais igual.

Assim, o desenvolvimento socioeconômico não estaria mais fundamentado apenas num processo de produção de riquezas, mas também no fato de ser a população educada, gerando suas próprias condições de melhoria. A educação reduz os problemas relacionados a saneamento básico e doenças. Isto não significa que a educação por si só resolveria todos os problemas das famílias pobres. Entretanto, ela pode ser o principal fator que propicia o salto qualitativo na melhoria de vida dessa população.

Segundo declaração em 1997, de James D. Wolfensohn, Presidente do Banco Mundial, o conhecimento é agora tão, se não mais importante fator no desenvolvimento. No próximo século, a aplicação e acumulação do conhecimento dirigirão os processos de desenvolvimento e criarão oportunidades sem precedentes para o crescimento e a redução da pobreza (Lacki, 2000).

Ao subestimar a importância estratégica de proporcionar aos produtores rurais o insumo que mais necessitam, ou seja, o conhecimento que lhes permitiria praticar uma agricultura muito mais eficiente e, graças a esta solução realista, se tornarem muito menos dependentes e vulneráveis àqueles fatores externos que, por mais desejáveis que sejam, infelizmente estão fora do seu alcance e manejo, estamos perdendo tempo e oportunidade (Lacki, *op.cit.*)

Silva & Khan (1995), ao analisarem a importância do nível educacional do agricultor

TABELA 4

FREQÜÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA DOS BENEFICIÁRIOS DO PRAS, SEGUNDO A DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ESTADO DO CEARÁ, 1999.

| Serviços de Saúde | Antes | | Depois | |
|---|-----------|---------------|-----------|---------------|
| | Nº | % | Nº | % |
| • Inexistentes | 28 | 36,36 | 2 | 2,60 |
| • Atendimento por agente de saúde | 38 | 49,35 | 39 | 50,65 |
| • Posto de saúde com serviços básicos (primeiros socorros, vacinação) | 11 | 14,29 | 33 | 42,86 |
| • Posto de saúde com serviços básicos e consulta médica | - | - | 3 | 3,89 |
| Total | 77 | 100,00 | 77 | 100,00 |

FONTE: Dados da pesquisa

na geração da renda rural, concluíram que este fator tem influência positiva no valor da produção, propiciando um aumento expressivo na eficiência técnica.

4.1.1.4 Saúde

Os resultados obtidos demonstram que a situação da saúde, a partir da implementação do Programa de Reforma Agrária Solidária, apresentou uma melhoria significativa em relação às condições precárias de serviços de saúde oferecidos antes. O número de famílias que tiveram acesso a postos de saúde com serviços básicos (primeiros socorros, vacinação) triplicou depois do PRAS. Considerando-se de forma isolada, constata-se que o atendimento por agente de saúde não apresentou nenhum avanço. Antes do PRAS, aproximadamente 50% das famílias eram atendidas por agentes de saúde, percentual este que se manteve idêntico no período em estudo (TABELA 4). Conclui-se que o programa do Governo não atende todas as famílias no setor rural através dos serviços oferecidos pelos agentes de saúde. Existe, também, um programa do Governo, chamado “médico da família,” que não beneficia os produtores rurais.

Segundo Cohn & Elias, citados por Monte (1999), “...a oferta de serviços da saúde é um direito mínimo universal do cidadão e é fundamental que ele seja universalizado, principalmente numa sociedade tão extremamente diferenciada como a cearense. Existe uma necessidade de

reversão desta situação onde à seguridade social se destina o papel de buraco negro onde tudo cabe e nada aparece.

4.1.1.5 Acesso a bens duráveis

Um outro indicador da evolução na qualidade de vida dos beneficiários do PRAS é o acesso a bens duráveis. Constata-se que nos dois anos de implantação do Programa, os produtores atendidos compraram eletrodomésticos ou trocaram os antigos por novos, tais como: televisão, geladeira, fogão, aparelho de som etc. Isso em parte resultante do programa de eletrificação rural. Mas, sem dúvida, o acréscimo de renda familiar, apontado por 97,4% dos beneficiários, é o principal indutor dessa mudança.

4.2.2 Análise do Índice de Qualidade de Vida – IQV

Os resultados apresentados nas TABELAS 5 e 6 indicam a contribuição absoluta e relativa de cada um dos indicadores que compõem o índice de qualidade de vida das famílias da amostra total, nos diferentes municípios pesquisados antes e depois do Programa de Reforma Agrária Solidária.

Analisando-se a contribuição individual de cada indicador, na formação do IQV antes e depois do Programa, verifica-se que os indicadores de bens duráveis, moradia e aspectos sanitários se destacam como os de maior contribuição, o que demonstra a sua importância relativa no bem-estar da população (TABELA 05).

TABELA 5
PARTICIPAÇÃO DOS INDICADORES NA COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA
DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA NO
ESTADO DO CEARÁ, 1999.

| Indicador | IQV “Antes” | | IQV “Depois” | | Diferença | | Incremento dos indicadores (%) |
|-----------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------------------------|
| | Participação | % | Participação | % | Participação | % | |
| Saúde | 0,034 | 9,94 | 0,078 | 13,38 | 0,044 | 18,26 | 129,41 |
| Educação | 0,059 | 17,25 | 0,073 | 12,52 | 0,014 | 5,81 | 23,73 |
| Moradia | 0,071 | 20,76 | 0,156 | 26,76 | 0,085 | 35,27 | 119,72 |
| Aspectos sanitários | 0,071 | 20,76 | 0,122 | 20,93 | 0,051 | 21,16 | 71,83 |
| Bens duráveis | 0,107 | 31,29 | 0,154 | 26,41 | 0,047 | 19,50 | 43,93 |
| Total | 0,342 | 100,00 | 0,583 | 100,00 | 0,241 | 100,00 | 388,62 |
| Incremento do IQV (%) | | | | | | | 70,47 |

FONTE: Dados da pesquisa

TABELA 6
ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA (IQV) DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS
PELO PROGRAMA REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA NOS DIFERENTES
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, 1999.

| Município | IQV “Antes” | IQV “Depois” | Diferença | Incremento do IQV (%) |
|--------------------|-------------|--------------|-----------|-----------------------|
| Iguatu | 0,330 | 0,585 | 0,255 | 77,27 |
| Cedro | 0,163 | 0,333 | 0,170 | 104,29 |
| Quixadá | 0,219 | 0,552 | 0,333 | 152,05 |
| Baturité | 0,313 | 0,524 | 0,211 | 67,41 |
| Acaraú | 0,424 | 0,673 | 0,249 | 58,73 |
| Tairi | 0,492 | 0,686 | 0,194 | 39,43 |
| São G. do Amarante | 0,449 | 0,625 | 0,176 | 39,20 |
| Amostra total | 0,342 | 0,583 | 0,241 | 70,47 |

FONTE: Dados da pesquisa

Estes dados revelam ainda que houve uma elevação de 0,241 no índice de qualidade de vida da população pesquisada. Antes do Programa, o IQV era de 0,342, passando para 0,583 depois do PRAS. O teste “t” mostra que esses dois índices são estatisticamente diferentes com nível de significância de 1%.

Dentre os indicadores analisados “pós” Programa, verifica-se que a moradia é responsável por 35,27% da elevação do IQV na população estudada. Mas é na saúde que se observa uma evolução importante na melhoria da qualidade de vida, correspondente a 129,41% após a implantação do PRAS. A população, entretanto, ainda demonstra

insatisfação com a qualidade dos serviços de saúde oferecidos pelas instituições públicas.

Na análise por município, o IQV (TABELA 6) mostra grandes diferenças intermunicipais que variam entre 0,163 (em Cedro) e 0,492 (em Tairi) antes do Programa. Após este, a variação do índice é de 0,333 (em Cedro) a 0,686 (em Tairi). Entretanto, é no município de Quixadá que se observa o maior incremento no IQV (152,05%), equivalente a mais do que o dobro do crescimento médio do índice (70,47%).

Os resultados são semelhantes ao encontrado por Fernandes (1997), estudando os efei-

tos do decreto que transformou a região do Cajari- Amapá em reserva extrativista na qualidade de vida da população da referida região, cujo acréscimo do IQV foi de 86,95% em relação ao IQV do período inicial.

4.2 - Nível de Satisfação dos Beneficiários do PRAS com os Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural da Ematerce

Neste item buscou-se determinar a influência de alguns indicadores no índice de satisfação dos produtores beneficiados com os serviços de assistência técnica da Ematerce, objetivando evidenciar a relação entre a prestação desses serviços e o grau de satisfação da população pesquisada.

4.3. Participação de cada indicador na composição do índice de satisfação dos beneficiários do PRAS em relação aos serviços prestados pela Ematerce

Analisando-se a participação de cada indicador no índice de satisfação dos beneficiários (ISB) do PRAS, observa-se que ele varia, entre os municípios pesquisados, de 0,526 (em Iguatu) a 0,371 (em São Gonçalo do Amarante). Esse resultado sugere que os produtores assistidos pelo PRAS, em Iguatu, estão muito mais satisfeitos com os serviços de assistência técnica que os residentes em São Gonçalo do Amarante.

O ISB médio para os municípios visitados situa-se em 0,479, sugerindo que, qualitativamente, os serviços de assistência técnica da Ematerce devem buscar maior eficiência.

Sabe-se, entretanto, que além de suas atribuições como extensionista, o técnico da Ematerce também participa da Comissão Municipal de Trabalho (COMUT), da Comissão Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDs), da Defesa Civil, do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), e, ainda, da Unidade Local de Sanidade Animal e Vegetal (ULSAV).

Dessa forma, é possível que o acúmulo de atividades venha contribuindo para o não-atendimento, de forma mais freqüente e eficiente, de suas metas, principalmente no que diz respeito a assunto tratado e método de assistência técnica utilizado na prestação dos serviços.

Reconhece-se que a informatização dos escritórios facilitou o trabalho dos técnicos na elaboração de projetos e nos serviços de comunicação entre os Centros de Atendimento aos Clientes (CEACs). Entretanto, esse serviço não substitui a prestação dos serviços de extensão junto aos produtores. Apenas os complementam, facilitando as atividades administrativas.

Na formação do ISB geral, o indicador “conhecimento do técnico” é responsável por 37,37% do índice médio, seguido do de “freqüência da assistência técnica”, com 32,36%, “assunto tratado” com 16,49% e “método de assistência técnica” com apenas 13,78% (TABELA 7).

5 - SUGESTÕES E CONCLUSÕES

O PRAS promoveu substancial contribuição na qualidade de vida da população beneficiada, apresentando um incremento de 70% em relação ao índice de qualidade de vida (IQV) anterior a este Programa.

Os indicadores que mais contribuíram para melhorar a qualidade de vida foram a moradia, o acesso aos bens duráveis e os aspectos sanitários. Por outro lado, a participação dos indicadores saúde e educação na formação do IQV é pequena.

A variável educação, apesar de sua indiscutível importância, pode revelar-se inadequada na formação do IQV, após o Programa, em função do reduzido espaço de tempo de implantação deste, uma vez que mudanças nos aspectos educacionais são mais facilmente percebidas e mensuradas a médio e longo prazo.

TABELA 7

PARTICIPAÇÃO DE CADA INDICADOR NA COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA, EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, 1999.

| Indicador | Municípios | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|
| | Iguatu | Cedro | Banabuiú | Quixadá | Baturité | Acarauá | Trairi | S. G. Amarante | Total | | | | | | | | | |
| | Participação % | Participação % | Participação % | Participação % | Participação % | Participação % | Participação % | Participação % | Participação % | Participação % | | | | | | | | |
| Frequência de assistência técnica Método de assistência técnica Conhecimento do extensionista Assunto tratado TOTAL | 0,191 | 36,31 | 0,130 | 29,89 | 0,159 | 37,06 | 0,200 | 38,61 | 0,153 | 34,00 | 0,135 | 26,21 | 0,146 | 31,13 | 0,069 | 18,60 | 0,155 | 32,36 |
| | 0,071 | 13,50 | 0,079 | 18,16 | 0,056 | 13,05 | 0,064 | 12,36 | 0,064 | 14,22 | 0,069 | 13,40 | 0,066 | 14,07 | 0,056 | 15,09 | 0,066 | 13,78 |
| | 0,175 | 33,27 | 0,157 | 36,09 | 0,151 | 35,20 | 0,171 | 33,01 | 0,166 | 36,89 | 0,222 | 43,11 | 0,181 | 38,59 | 0,177 | 47,71 | 0,179 | 37,37 |
| | 0,089 | 16,92 | 0,069 | 15,86 | 0,063 | 14,69 | 0,083 | 16,02 | 0,067 | 14,89 | 0,089 | 17,28 | 0,076 | 16,21 | 0,069 | 18,60 | 0,079 | 16,49 |
| | 0,526 | 100,00 | 0,435 | 100,00 | 0,429 | 100,00 | 0,518 | 100,00 | 0,450 | 100,00 | 0,515 | 100,00 | 0,469 | 100,00 | 0,371 | 100,00 | 0,479 | 100,00 |

FONTE: Dados da pesquisa

Objetivando melhorar a participação dos indicadores educação e saúde, seria interessante o desenvolvimento de ações conjuntas por parte dos órgãos responsáveis por estes setores, no sentido de aumentar a contribuição dessas variáveis no nível de qualidade de vida da população rural.

A oferta de cursos de alfabetização de adultos e de ensino fundamental nas áreas de assentamento rural, ou próximo a estas, assume importância estratégica ao propiciar aos produtores o acesso ao conhecimento que permitirá torná-las mais eficientes, menos dependentes e vulneráveis das ações governamentais.

A realização de estudos posteriores permitirá mensurar mais eficientemente a contribuição desses indicadores que obtiveram pequena participação na formação do IQV, como também para analisar os efeitos do PRAS na geração de emprego e renda no setor rural.

Dentro do modelo de desenvolvimento rural adotado pelo Estado, a continuidade do Programa de Reforma Agrária Solidária, muito mais que uma necessidade, é, talvez, uma das mais eficientes formas de sobrevivência digna do pequeno produtor ou trabalhador rural, até então marginalizado pela falta de acesso à terra. Entretanto, para melhorar a eficiência do Programa, faz-se necessário um acompanhamento mais rigoroso na implantação e execução dos subprojetos.

Os serviços de assistência técnica oferecidos pela Ematerce aos produtores atendidos pelo PRAS têm-se caracterizado pela difusão de tecnologia agropecuária, utilizando-se somente de visita à propriedade. Evidencia-se, assim, que a visão de agronegócios não vem sendo repassada aos produtores rurais.

A participação das variáveis, assunto tratado e método na formação do índice de satisfação dos clientes (ISB) é pouco expressiva, demonstrando a fragilidade dos serviços de assistência, em relação ao foco no cliente, ou seja, a empresa não está

conseguindo enxergar quais os anseios dos produtores em relação a si própria. Isso se torna claro em função da baixa contribuição dessas variáveis no ISB, muito embora a atual disponibilidade de recursos humanos da empresa no interior do Estado e a crescente demanda em diversas áreas não favorecem um melhor desempenho dos extensionistas nos serviços específicos de assistência técnica e extensão rural aos beneficiários do PRAS.

A frequência de assistência técnica e o conhecimento dos extensionistas são as variáveis que mais contribuíram percentualmente na composição do ISB. O valor apresenta-se inferior à metade do valor do índice atingível, sugerindo que a Ematerce poderia buscar maior eficiência na prestação de seus serviços.

Para melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Ematerce junto aos beneficiários do PRAS, sugere-se:

a) a reformulação da sistemática de difusão de tecnologias, incluindo-se a realização de reuniões e “dias de campo”, como forma de estimular o produtor a aceitar os novos conhecimentos, necessários à modernização de suas atividades;

b) buscar, através de parcerias com instituições de ensino, realizar cursos de capacitação para os extensionistas nas áreas de agronegócios, gestão e associativismo, para que, posteriormente, esses conhecimentos sejam repassados aos produtores rurais;

c) ampliar o quadro funcional da empresa e rever as atribuições dos extensionistas de forma que estes possam, efetivamente, dedicar maior parcela de seu tempo e conhecimento no atendimento das necessidades dos produtores.

Abstract

In october of 1996, The Government of the state of Ceará in partnership with the World Bank, instituted its program for Soliday Agrarian Reform (Programa de Reforma Agraria Solidaria – PRAS). The initial sucess of this Program moti-

vated the Federal Government, with continued technical and financial support from the World Bank, to create a similar program in five states of the Northeast region (Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais and Pernambuco). A similar program will he extended to other 13 states. The present research analyzes the probable impacts of PRAS, on quality of life indicators – IQV for participating producers and seeks to measure the degree of their satisfaction with technical assistance provided by the State Rural Extension Service – EMATER-CE. The data were collected from direct interviews with PRAS beneficiaries and the sample included 8 municipios of the State of Ceará. The major impacts upon quality of life are related to improvements in housing, sanititation and an increase in acesss to durable consumer goods. On the other hand, health and education improvements have little influence on the overall IQV. The contribution of rural extension service was mostly concentrated in technical assistance to agricultural and livestock activities through extensionist visits to local farms.

Key-words:

Soliday Agrarian Reform; Quality of Life; Producer Satisfaction; Ceará.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBUQUERQUE, R.C. de. et al. **O Brasil social: realidades, desafios, opções.** Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 544p.

ALBUQUERQUE, F.J.C. **Extensão rural oficial no Ceará e a relação entre abordagem e adoção: o caso Jucás.** Fortaleza: UFC. 1996. 106p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

ANDRADE, M.C. de. **A Terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239p.

ALMEIDA, J.A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia.** Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

CAMPELO, A.M.C. Estratégia e organização da extensão rural. In: PASTORE, J. **Agricultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: APEC/ABCAR, 1973. p. 217-230.

CASIMIRO, L.M.C. de. **Seca: momento para repensar a nobreza do Nordeste**. Fortaleza: IEL – Núcleo Regional do Ceará, 1984. 64p.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Desempenho 1995-1998**. Fortaleza, 1998. 76p.

COCHRAN, W.G. **Técnicas de amostragem**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965. 555p.

COSTA, M.V. **Extensão rural**. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1982. 118p.

FERNANDES, A.V. **Qualidade de vida rural com sustentabilidade na Amazônia: o caso da reserva extrativista no Estado do Amapá** – Fortaleza: UFC/DEA, 1997. 93p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

FONSECA, M.T.L. **A Extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. Rio de Janeiro: Loyola, 1985, 191p.

FRANKENBERG, L. Imóveis são sólidos? **Exame**, São Paulo, Ed. 707, v. 34, n. 3/9, p. 133, fev. 2000.

FREIRE, E.C.; MOREIRA, J. de A. N. e MEDEIROS, L.C. Contribuição das ciências agrárias para o desenvolvimento: o caso do algodão. **Revista de Economia Rural**, Brasília-DF, v. 18, n. 3, p. 383-413, jul./set., 1980.

FREYRE, G. **Oh de casa!** Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. 169p.

FREITAS, M.L. de. **Conceito de extensão rural e perfil do extensionista para o Estado do Rio Grande do Norte: um estudo délfico**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1990. 164p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

GOMES, L. O Mais difícil foi feito. **VEJA**, São Paulo, v. 31, p. 114-117, set. 1998.

IDACE NOTÍCIAS. Fortaleza: **IDACE**. v. 2. n. 1, abr./jun. 1998.

JOHNSTON, B.F. e MELLOR, J.W. The role of agriculture in economic development. **American Economic Review**, Nashville, v. 51, n. 4, p. 556-593, Sept. 1961.

KHAN, A.S. e SILVA, L.M.R. Assistência técnica, eficiência na utilização dos fatores de produção e da produtividade diferencial em propriedades rurais no Estado do Ceará. **Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 95-113, abr./jun. 1997.

LACKI, P. **Desenvolvimento agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor**. 4 ed. Santiago: Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, 1995. 176p. (Série Desenvolvimento Rural, v. 9).

_____. A escola rural deve formar “Solucionadores de Problemas”. URL. Disponível em: <<http://www.PolanLacki@fao.org>>.

MONTE, F.S.S. Efeito da implantação do complexo industrial e portuário do Pecém-CE na qualidade de vida das famílias rurais da Região: **o caso do reassentamento Cambeba**. Fortaleza, UFC/DEA, 1999. 144p. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

MOREIRA FILHO J. de C.; COELHO, J. e ROCHA, A.B. da. Aspectos produtivos da agropecuária do Nordeste. In: BRASIL. Ministério do Interior. SUDENE. **Aspectos gerais da agropecuária do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1984. p. 13-268. (Série Projeto Nordeste, 3).

NAHAS, M. I. P.; MARTINS, V. L. A. B. O Índice de qualidade de vida urbano – IQVU/BH: a elaboração de um novo instrumento de gestão municipal. In: **Encontro ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**.

ÇÃO, 18, 1995, João Pessoa. Anais... João Pessoa: p. 125-219, 1995.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatórios do desenvolvimento Humano, 1994.** - New York, p. 90-111.

PASTORE, J. Agriculture de subsistência y opciones tecnologicas. In: MARZOCCA, A. **Tecnologia para el pequeño agricultor.** - Costa Rica: IICA, 1980. p. 343-52. (Série Desarrollo Institucional, 9).

PIETROCOLLA, L. G. **O Que todo cidadão precisa saber sobre sociedade de consumo.** São Paulo: Global, 1989. 121p.

RODRIGUES, M.C.P. O Índice de desenvolvimento social (IDS). **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, p. 45-51. Fev. 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 101-111. 1974.

SILVA, L.M.R. e KHAN, A.S. Educação, eficiência técnica e produtividade diferencial na região semi-árida do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 57-71, 1995.

Recebido para publicação em 08.SET.2000.